



21 de novembro de 2022

INDICADORES ECONÓMICO-AMBIENTAIS – CONTA DE FLUXOS FÍSICOS DE ENERGIA
2000-2020

INTENSIDADE ENERGÉTICA MANTEVE TENDÊNCIA DECRESCENTE NO ANO DA PANDEMIA

Em 2020, ano do início da pandemia COVID-19, a utilização interna líquida de energia diminuiu 8,7%, variação mais intensa que a redução de 8,3% do Produto Interno Bruto (PIB) em termos reais. Consequentemente, a intensidade energética da economia (relação entre a utilização interna de energia e o PIB) diminuiu 0,4% (em 2019 tinha diminuído 3,1%), registando o valor mais baixo da série. Num ano marcado pelo impacto da pandemia COVID-19, o consumo de produtos energéticos pelas famílias diminuiu 0,5%, redução menos intensa que a verificada no conjunto do consumo privado (-7,1%), concorrendo para um aumento de 7,0% da intensidade energética do consumo privado e interrompendo a tendência decrescente que se verificava desde 2015.

A produção de eletricidade foi obtida através de um “mix” de produtos energéticos menos poluentes, verificando-se uma forte redução da utilização do carvão (-55,1%) e aumentos do gás natural (+1,1%) e, sobretudo, das renováveis (+9,2%) que atingiram o máximo da série desde 2000, ao corresponderem a 47% do total da produção de eletricidade.

Em 2019 (último ano com informação disponível para a UE), Portugal foi o Estado Membro com a terceira mais baixa intensidade energética da economia, melhorando, relativamente a 2018, duas posições comparativamente a outros Estados Membros.

O INE divulga os principais resultados da Conta de Fluxos Físicos de Energia (CFFE) para 2020, apresentando ainda dados revistos para o período 2000 a 2019. No Portal do INE, na área de divulgação das [Contas Nacionais](#) (CN), é disponibilizada informação mais detalhada.

1. Principais fluxos físicos energéticos na economia nacional

A CFFE compreende três tipos de fluxos físicos de energia: Recursos energéticos naturais (fluxos do ambiente para a economia), Produtos energéticos (fluxos de bens e serviços energéticos resultantes de importações e da atividade económica) e Resíduos energéticos (fluxos resultantes de importações e da atividade económica que retornam ao ambiente ou são recuperados do ambiente).

As utilizações energéticas dividem-se em utilizações para transformação em novos fluxos energéticos e em consumo final.

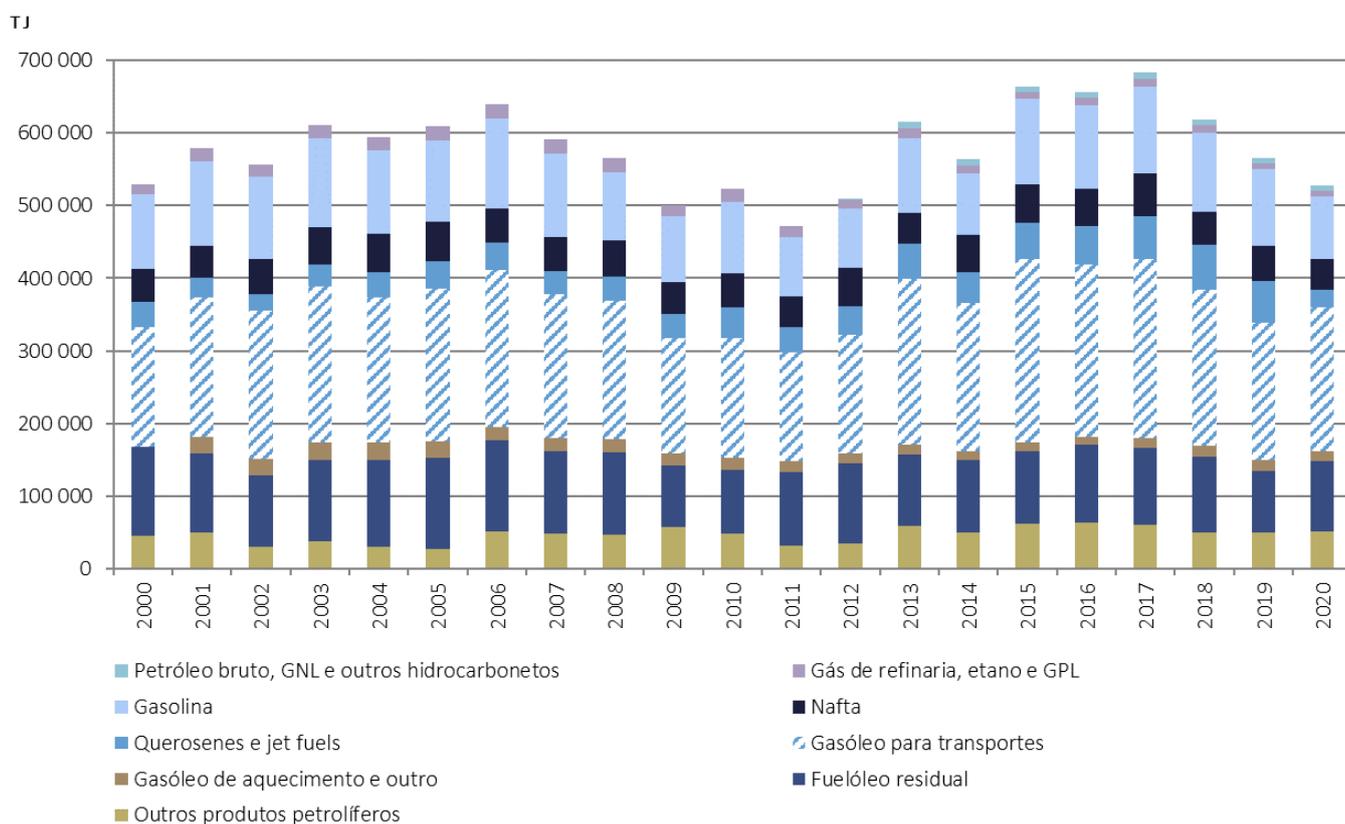


1.1. Fluxos energéticos utilizados na transformação em novos fluxos de energia

As utilizações energéticas na transformação de novos fluxos de energia são essencialmente para assegurar a obtenção de produtos petrolíferos e para a produção de eletricidade.

Em 2020, as utilizações energéticas na atividade da Fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados diminuíram 6,8%, continuando a decrescer após um máximo em 2017. Para esta redução foram determinantes as reduções de produção de querosenes e jet fuels (-56,3%) e da gasolina (-18,5%).

Figura 1. Evolução do fornecimento de produtos de petróleo, pelo ramo da Fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados



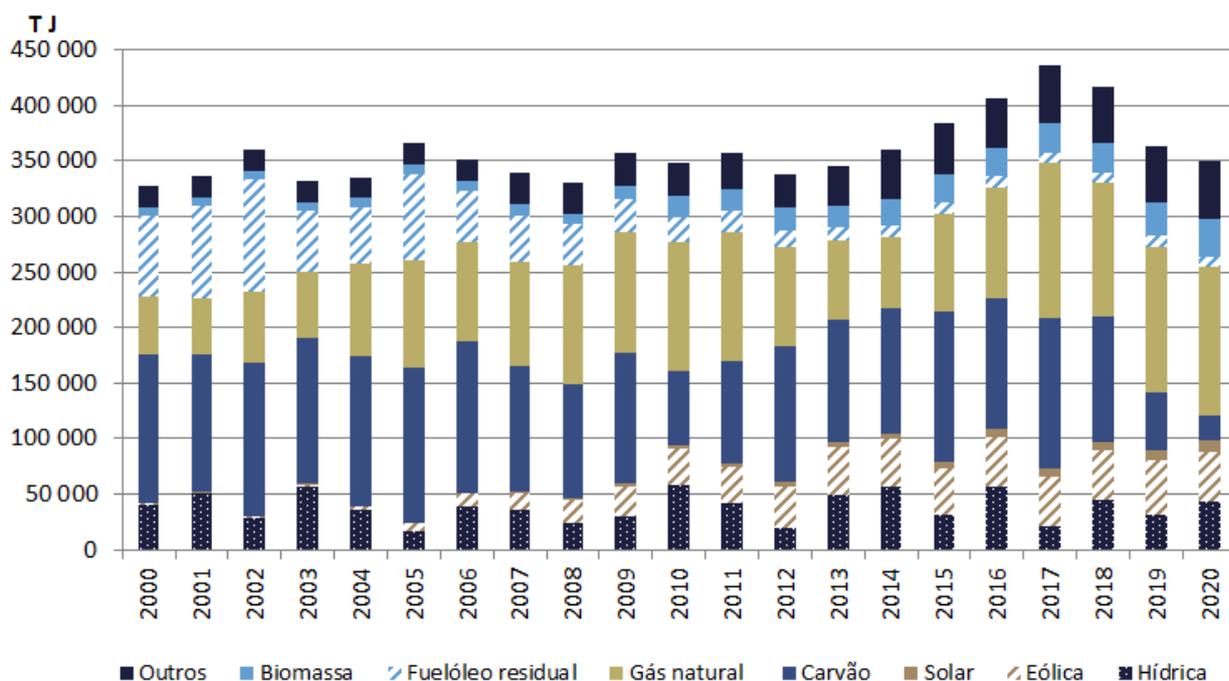
Fonte: INE (Conta de Fluxos Físicos de Energia)

A composição dos fluxos físicos de energia para o ramo da Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio é fortemente condicionada pela pluviosidade e, mais recentemente, também pelo vento, dada a crescente relevância das energias renováveis na produção de eletricidade.



As utilizações energéticas daquele ramo de atividade diminuíram 3,6% em 2020. O aumento de 9,2% da produção de energia com origem renovável¹ em 2020 deveu-se, essencialmente, ao aumento da energia de origem hídrica (37,0%). A percentagem de energias renováveis na produção de eletricidade aumentou 5,5 p.p., em resultado do efeito conjugado da redução significativa da utilização do carvão (-55,1%) e do aumento de outras formas de produção de energia renovável, para além da de origem hídrica, como foram os casos da solar (+17,2%) e madeira, desperdícios de madeira e outra biomassa sólida e carvão vegetal (+16,5%).

Figura 2. Utilização de fluxos energéticos no ramo da produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio



Fonte: INE (Conta de Fluxos Físicos de Energia)

¹ Conjunto dos recursos energéticos naturais, produtos energéticos (madeira, desperdícios de madeira e outra biomassa sólida, carvão vegetal e biogás) e resíduos energéticos renováveis.



Quadro 1. Evolução dos fluxos energéticos utilizados na transformação em energia elétrica

Unidade: TJ	Média anual 2000-20	2019	2020	Taxa de variação	
				2020 / Média 2000-20	2020/2019
RECURSOS ENERGÉTICOS NATURAIS					
Recursos hídricos renováveis	38.716	31.744	43.497	12,4%	37,0%
Recursos eólicos renováveis	26.024	49.201	44.275	70,1%	-10,0%
Recursos solares renováveis	3.735	8.865	10.392	178,3%	17,2%
Recursos renováveis da biomassa	150	360	425	182,8%	17,9%
Outros recursos naturais renováveis	9.561	19.478	20.127	110,5%	3,3%
PRODUTOS ENERGÉTICOS					
Carvão	112.036	51.830	23.282	-79,2%	-55,1%
Gás natural (sem biocomponentes)	93.818	131.553	132.943	41,7%	1,1%
Gasóleo para transportes (sem biocomponentes)	918	645	646	-29,7%	0,2%
Fuelóleo residual	34.798	9.187	8.574	-75,4%	-6,7%
Gás de refinaria, etano e GPL	882	653	839	-4,9%	28,4%
Madeira, desperdícios de madeira e outra biomassa sólida, carvão vegetal	17.258	29.717	34.625	100,6%	16,5%
Biogás	1.611	3.068	3.168	96,7%	3,2%
RESÍDUOS ENERGÉTICOS					
Resíduos renováveis	5.683	7.935	7.711	35,7%	-2,8%
Resíduos não renováveis	4.001	3.850	3.792	-5,2%	-1,5%
Total	349.190	348.087	334.296	-4,3%	-4,0%
Por memória:					
Origem renovável	102.754	150.408	164.260	59,9%	9,2%
Origem não renovável	246.436	197.678	170.036	-31,0%	-14,0%

Fonte: INE ([Conta de Fluxos Físicos de Energia](#))

1.2. Utilizações de fluxos energéticos para usos finais

Os usos finais de fluxos energéticos são efetuados pelos ramos de atividade económica, na produção de bens e serviços energéticos e não energéticos, e pelo setor das famílias, em consumo final.

Nos ramos de atividade, entre 2019 e 2020 há a salientar:

- a redução em 5,2% da utilização de energia;
- as reduções nas utilizações de Gasóleo para transportes (sem biocomponentes) (-8,2%) e Eletricidade (-6,6%), verificando-se, em sentido oposto, um aumento na utilização de Calor (+1,7%) e de Gás de refinaria, etano e GPL (+1,3%).



Quadro 2. Utilizações finais de fluxos energéticos pelos ramos de atividade

Unidade: TJ	Média anual 2000-20	2019	2020	taxa de variação	
				2020 / Média 2000-20	2020/2019
PRODUTOS ENERGÉTICOS					
Gás natural (sem biocomponentes)	55.387	67.518	63.818	15,2%	-5,5%
Gasolina (sem biocomponentes)	9.347	5.921	5.942	-36,4%	0,3%
Gasóleo para transportes (sem biocomponentes)	148.408	128.276	117.756	-20,7%	-8,2%
Gás de refinaria, etano e GPL	16.241	23.304	23.609	45,4%	1,3%
Madeira, desperdícios de madeira e outra biomassa sólida, carvão vegetal	50.990	44.881	43.644	-14,4%	-2,8%
Biocombustíveis líquidos	5.377	7.896	7.674	42,7%	-2,8%
Eletricidade	138.276	146.452	136.834	-1,0%	-6,6%
Calor	22.710	40.731	41.418	82,4%	1,7%
TOTAL	446.737	464.980	440.693	-1,4%	-5,2%

Fonte: INE ([Conta de Fluxos Físicos de Energia](#))

No setor das famílias, entre 2019 e 2020, salienta-se:

- a redução da utilização de energia em 0,6%;
- as reduções nas utilizações de Gasóleo para transportes (sem biocomponentes) (-10,1%) e de Biocombustíveis líquidos (-6,2%), verificando-se, em sentido oposto, um aumento na utilização de Gás de refinaria, etano e GPL (+7,9%) e de Calor (+5,3%).



Quadro 3. Utilizações finais de fluxos energéticos pelo setor das famílias

Unidade: TJ	Média anual 2000-20	2019	2020	taxa de variação	
				2020 / Média 2000-20	2020/2019
PRODUTOS ENERGÉTICOS					
Gás natural (sem biocomponentes)	9.408	11.900	12.286	30,6%	3,2%
Gasolina (sem biocomponentes)	53.135	32.720	32.237	-39,3%	-1,5%
Gasóleo para transportes (sem biocomponentes)	46.367	51.087	45.909	-1,0%	-10,1%
Gás de refinaria, etano e GPL	23.455	16.297	17.577	-25,1%	7,9%
Madeira, desperdícios de madeira e outra biomassa sólida, carvão vegetal	39.618	31.859	32.577	-17,8%	2,3%
Biocombustíveis líquidos	2.154	3.486	3.269	51,8%	-6,2%
Eletricidade	45.863	47.647	49.199	7,3%	3,3%
Calor	4.531	12.582	13.246	192,4%	5,3%
TOTAL	224.531	207.578	206.301	-8,1%	-0,6%

Fonte: INE (Conta de Fluxos Físicos de Energia)

2. Utilizações energéticas relevantes para as emissões de gases poluentes e de partículas para a atmosfera

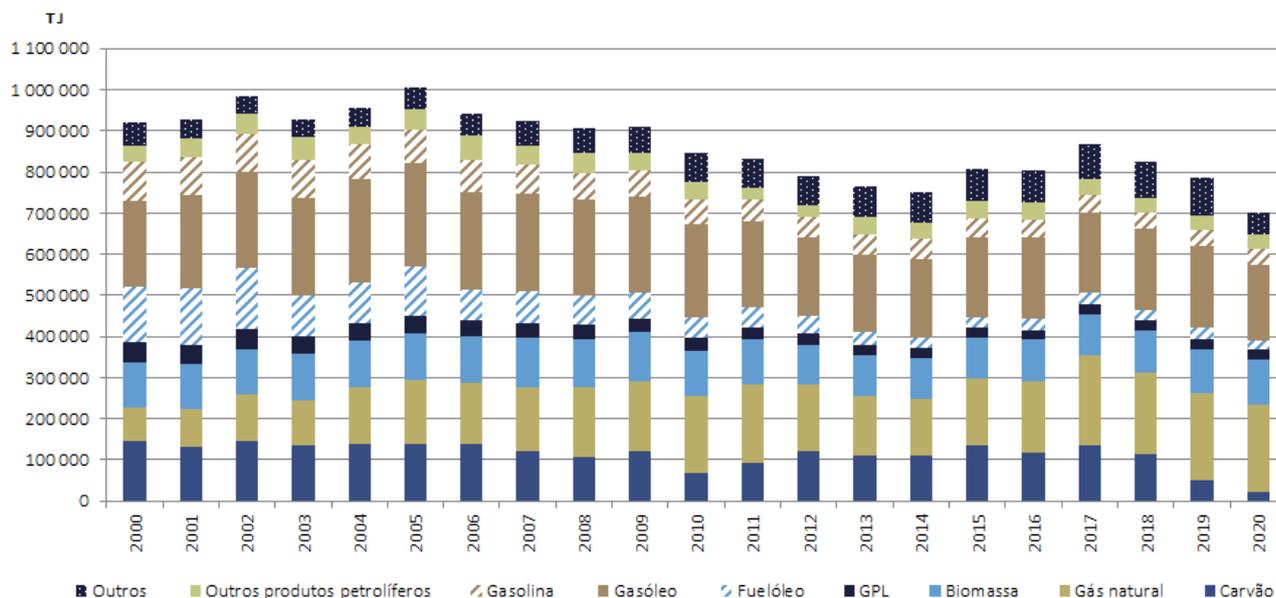
As utilizações energéticas relevantes para as emissões são aquelas que, na sequência da produção e consumo (principalmente nos processos de combustão), originam emissões de gases poluentes e de partículas para a atmosfera.

Em 2020, os dois fluxos físicos de energia que mais contribuiram para estas emissões foram o Gás natural (29,9%) e o Gasóleo (26,3%), tendo-se observado uma diminuição de 11,0% no total destas emissões face ao ano anterior, mais acentuada que a da utilização interna líquida de energia (-8,7%), o que evidencia o recurso a fontes de energia menos poluentes.

Deve-se salientar que a diminuição destas utilizações energéticas ocorre pelo quarto ano consecutivo, tendo em 2020 atingido o valor mínimo da série.



Figura 3. Evolução do total das utilizações energéticas relevantes para as emissões



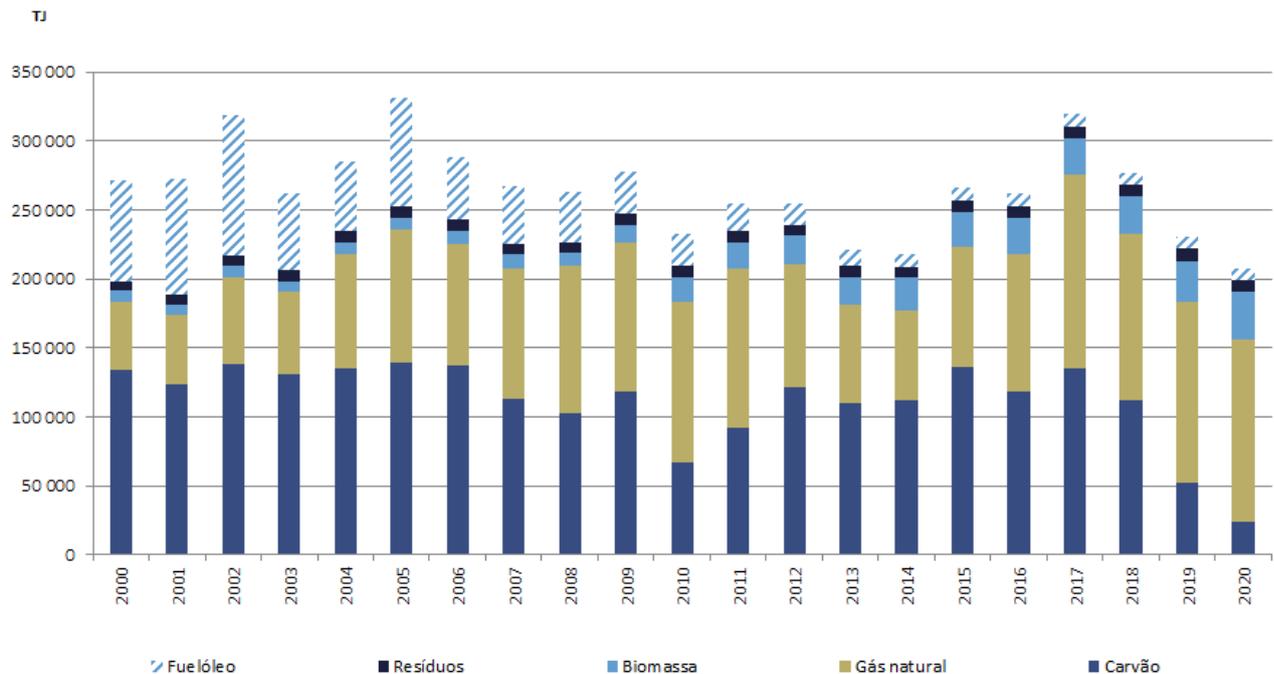
Fonte: INE ([Conta de Fluxos Físicos de Energia](#))

Efetivamente, as utilizações energéticas mais relevantes para as emissões associadas à produção e distribuição de eletricidade apresentaram uma diminuição de 9,7%, associada ao já mencionado menor recurso a combustíveis fósseis para a produção de eletricidade (diminuição de 55,1% na utilização de carvão) e ao aumento da produção por fontes renováveis.

A diminuição das utilizações energéticas relevantes para as emissões pela produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (D) mantém-se constante desde 2018, constituindo o valor de 2020 o mínimo desde 2000.



Figura 4. Utilizações energéticas relevantes para as emissões pela produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (D)

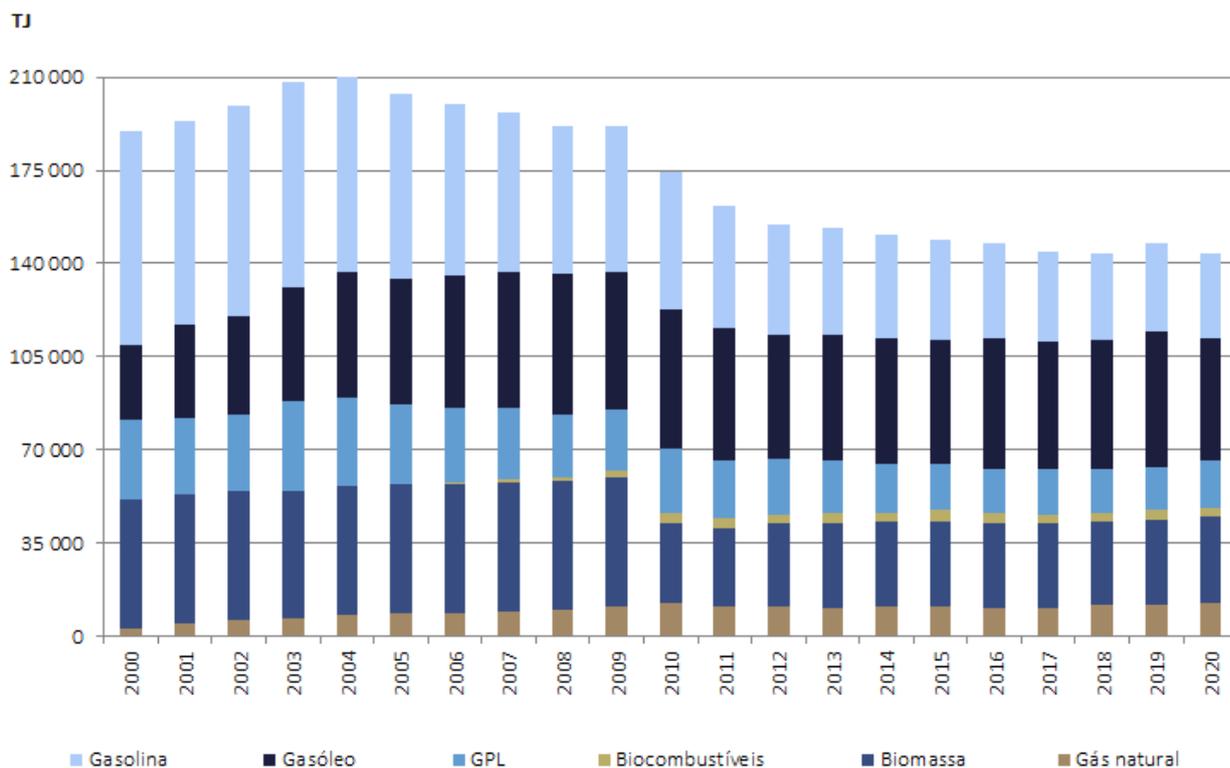


Fonte: INE ([Conta de Fluxos Físicos de Energia](#))

As utilizações energéticas relevantes para as emissões pelo setor das famílias reduziram-se em 2,4%, resultando, em grande parte, da diminuição do consumo de gasóleo (-10,1%) e gasolina (-1,5%). Estes dois fluxos energéticos em conjunto representaram, em 2020, 54,3% do total das utilizações energéticas relevantes para as emissões pelo setor das famílias (56,9% em 2019).



Figura 5. Utilizações energéticas relevantes para as emissões pelo setor das famílias



Fonte: INE (Conta de Fluxos Físicos de Energia)

3. Indicadores-chave

A CFFE permite calcular um conjunto de indicadores-chave de acompanhamento do setor, apresentados no quadro seguinte (alguns já referenciados anteriormente).

A extração de recursos energéticos naturais (recursos endógenos) registou um acréscimo de 5,4% em 2020, representando um valor 34,8% superior à média observada na série agora publicada (2000 a 2020). A utilização de resíduos para fins energéticos reduziu-se em 0,7% face a 2019, representando contudo um valor 23,2% superior à média da série completa.



Quadro 4. Evolução dos indicadores-chave da conta de fluxos físicos de energia

Unidade: TJ	Média anual 2000-20	2019	2020	taxa de variação	
				2020 / Média 2000-20	2020/2019
Extração de recursos energéticos naturais	168.246	215.281	226.816	34,8%	5,4%
Produção interna de produtos energéticos	929.698	974.748	938.457	0,9%	-3,7%
Consumo intermédio de produtos energéticos	1.515.265	1.462.430	1.331.380	-12,1%	-9,0%
Consumo de produtos energéticos pelas famílias	226.995	210.158	209.060	-7,9%	-0,5%
Utilização de resíduos para fins energéticos	48.454	60.146	59.696	23,2%	-0,7%
Utilização interna líquida de energia	1.035.323	977.374	892.470	-13,8%	-8,7%
Utilização interna líquida de energia para fins energéticos	962.207	929.000	845.208	-12,2%	-9,0%
Utilização interna líquida de energia para fins não-energéticos	73.116	48.374	47.262	-35,4%	-2,3%
Total de entradas / saídas de energia	2.006.878	2.007.202	1.884.794	-6,1%	-6,1%

Fonte: INE (Conta de Fluxos Físicos de Energia)

A CFFE permite ainda conjugar variáveis energéticas físicas com variáveis socioeconómicas e obter indicadores de relação entre a energia, a economia e o ambiente, sendo de destacar, que em 2020:

- a intensidade energética da economia (rácio entre a utilização interna líquida de energia e o PIB a preços constantes) diminuiu 0,4% face a 2019, refletindo a redução de 8,7% da utilização de energia, superior à redução de 8,3% do PIB em termos reais, e registando o valor mais baixo da década, após três anos consecutivos a diminuir;

Figura 6. Evolução da intensidade energética da economia

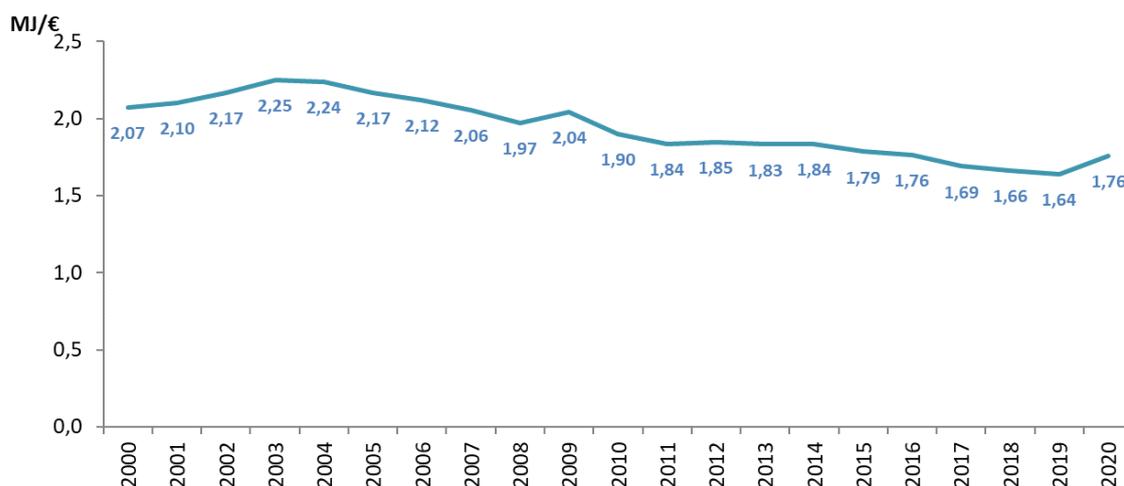


Fonte: INE (Conta de Fluxos Físicos de Energia; Contas Nacionais - Quadro A.1.1.6).



- refletindo a redução do consumo de produtos energéticos pelas famílias (-0,5%) menor que a diminuição do consumo privado (-7,1%), num ano marcado pelo impacto da pandemia, a intensidade energética do setor das famílias (rácio entre a utilização interna líquida de energia pelas famílias e o Consumo privado a preços constantes) aumentou 7,0%, interrompendo a tendência decrescente que se observava desde 2010;

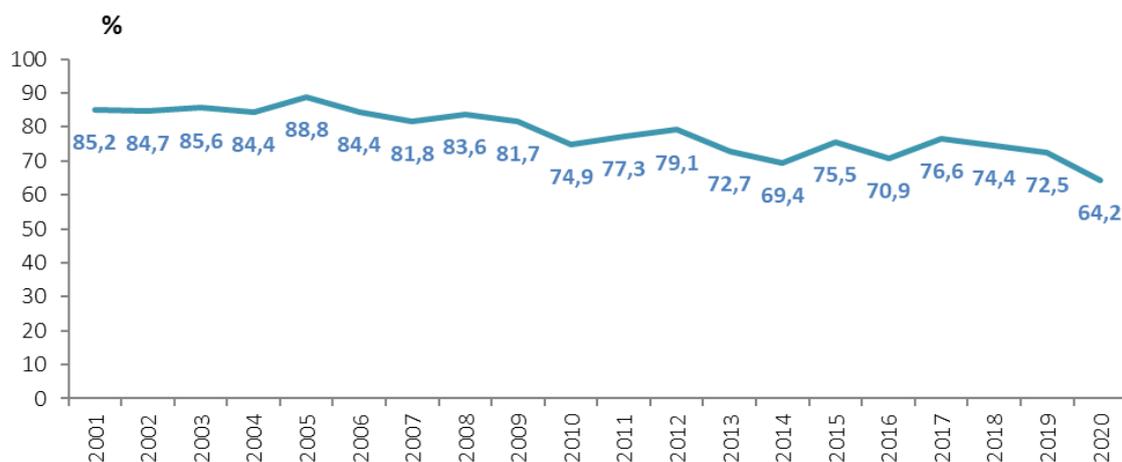
Figura 7. Evolução da intensidade energética do setor das famílias



Fonte: INE ([Conta de Fluxos Físicos de Energia](#); [Contas Nacionais – Quadro A.1.2.1.6](#)).

- a dependência energética (rácio entre as importações líquidas de energia e a utilização interna líquida de energia) diminuiu pelo terceiro ano consecutivo, atingindo 64,2% (-8,3 p.p. face a 2019), o menor valor desde 2000.

Figura 8. Evolução da dependência energética

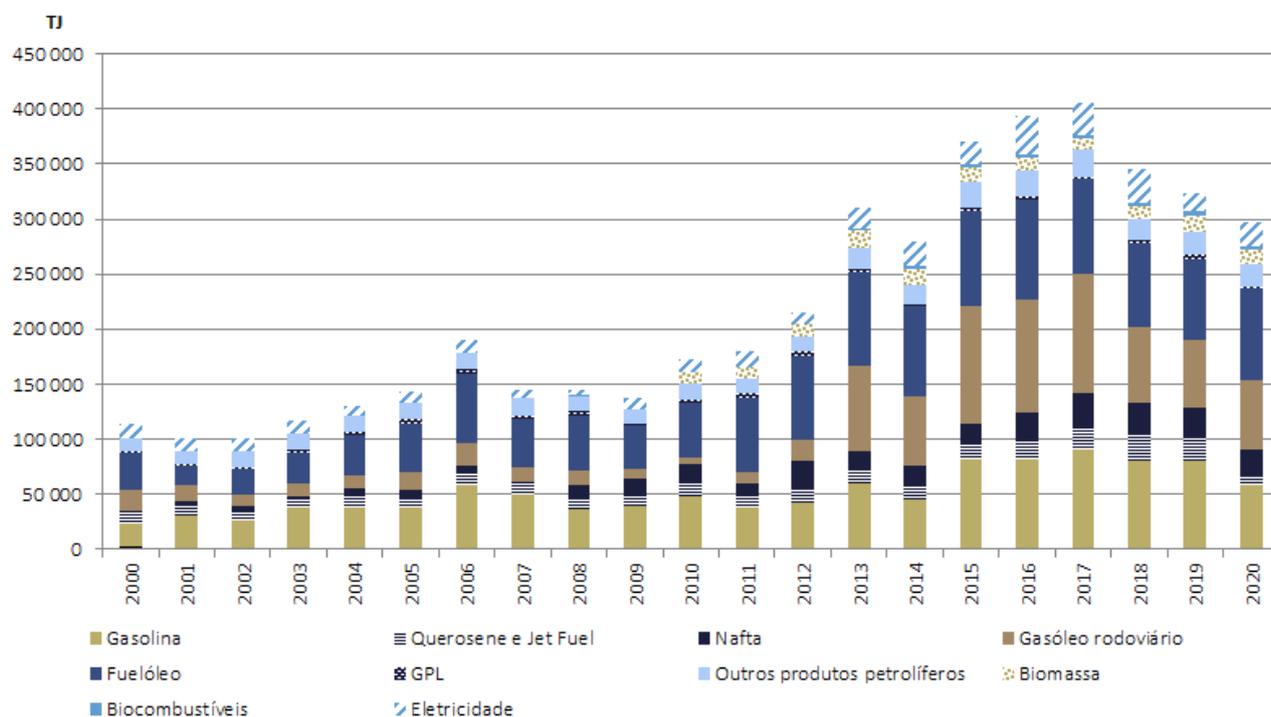


Fonte: INE ([Conta de Fluxos Físicos de Energia](#))



- As exportações de fluxos energéticos decresceram (-7,5%), pelo terceiro ano consecutivo. Esta evolução reflete a diminuição das exportações de produtos petrolíferos (-10,1%), designadamente gasolina (-65,5%). Destaca-se, no sentido oposto, o aumento das exportações de eletricidade (+29,7%), refletindo em grande parte o aumento dos preços.

Figura 9. Evolução das exportações de fluxos energéticos



Fonte: INE (Conta de Fluxos Físicos de Energia)

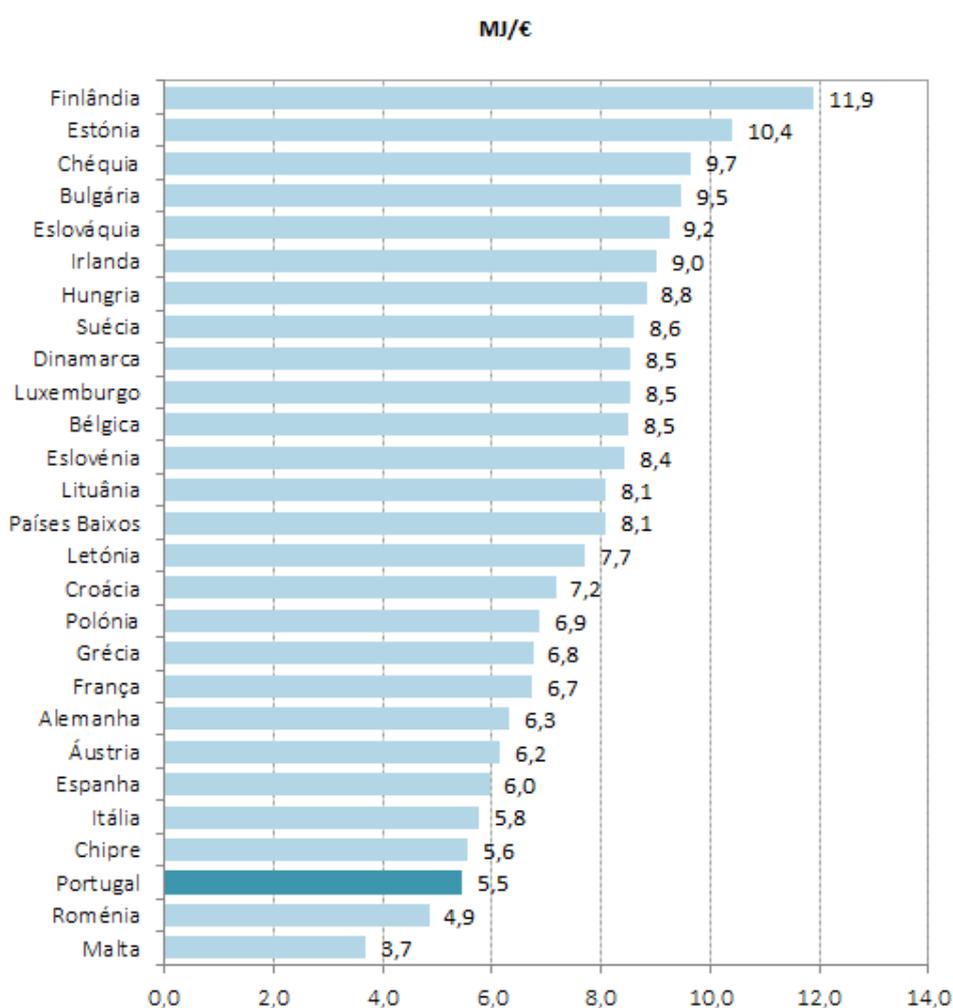


4. Comparações no contexto da União Europeia (UE)

Os indicadores de intensidade energética encontram-se relacionados com a estrutura produtiva, rendimento e fatores climáticos de cada país.

Em 2019 (último ano com informação disponível para a UE), Portugal foi o Estado Membro (EM) com a terceira mais baixa intensidade energética².

Figura 10. Intensidade energética da economia na UE, em 2019



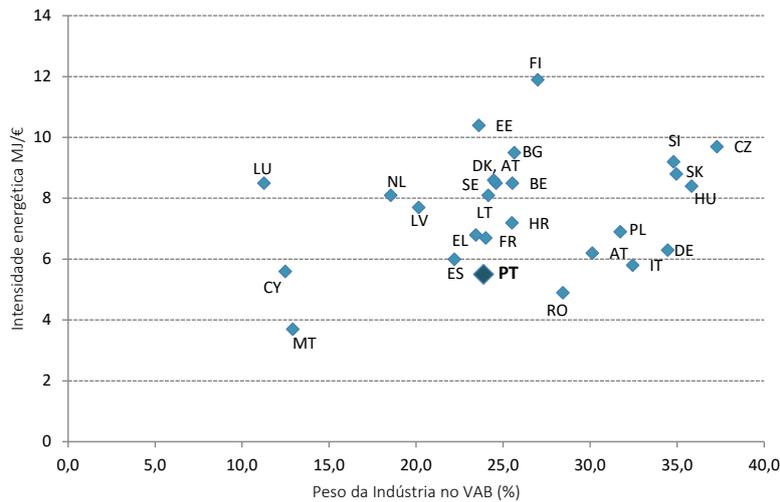
Fonte: Eurostat ([Purchasing power parities \(PPPs\), price level indices and real expenditures for ESA 2010 aggregates \(prc_ppp_ind\)](#); [Physical energy flow accounts totals bridging to energy balances totals \(env_ac_pefa05\)](#))

² Para efeitos de comparabilidade internacional, a intensidade energética corresponde à relação entre a utilização interna líquida de energia e o PIB em paridades de poder de compra (ppc).



Esta posição relativa é parcialmente explicável pelo menor peso da indústria transformadora e do ramo energético na economia nacional comparativamente a outros EM.

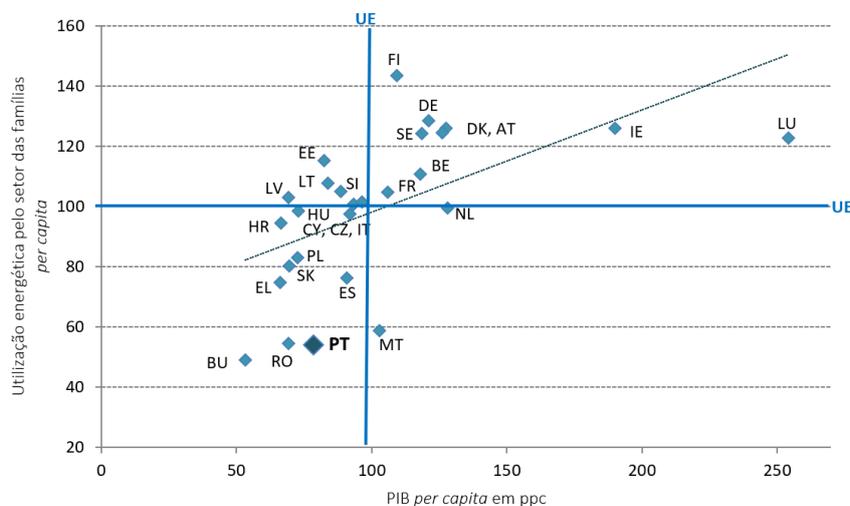
Figura 11. Intensidade energética e peso da Indústria transformadora no VAB, em 2019



Fonte: Eurostat Database

Comparando a utilização energética no setor das famílias *per capita* com o PIB *per capita* em ppc, é possível observar que os países com menor rendimento são também os que registam menor utilização de energia pelo setor das famílias (Bulgária e Roménia). Portugal e Malta, apesar de apresentarem níveis superiores de rendimento, possuem também uma reduzida utilização energética pelo setor das famílias, refletindo o papel do fator climático no consumo de energia.

Figura 12. Relação entre o PIB *per capita* em ppc e a utilização energética pelo setor das famílias, *per capita*, em países da UE27, em 2019 (UE27=100)



Fonte: Eurostat ([Key indicators of physical energy flow accounts by NACE Rev. 2 activity \[env_ac_pefa04\]](#); [Purchasing power adjusted GDP per capita \[SDG_10_10\] - Index \(EU27 = 100\)](#)).



NOTA METODOLÓGICA

A Conta de Fluxos Físicos de Energia (CFFE) integra o Sistema de Contas Económicas Europeias do Ambiente (SCEA) das Nações Unidas e é um dos módulos de transmissão obrigatória, a partir de 2017, para cumprimento do Regulamento (UE) N.º 691/2011 e alterações subsequentes pelo Regulamento (UE) N.º 538/2014. As contas do ambiente foram desenvolvidas em interligação com o sistema central das Contas Nacionais (CN), tendo como objetivo obter informação para a relação entre o ambiente e a economia. Constituem um sistema de contas satélite que apresenta informação ambiental num formato compatível com a informação das CN, possibilitando uma análise integrada.

Os dados económicos agregados referem-se aos dados das CN, complementados com informação mais detalhada por ramo de atividade, com as respetivas nomenclaturas associadas, nomeadamente a CAE Rev.3.

O SCEA tem subjacente o reconhecimento de que alguns fluxos que entram na economia provêm do ambiente e que, em consequência da produção, do consumo e da acumulação de produtos, ocorre uma nova gama de fluxos físicos, que podem resultar em materiais e energia que retornam ao ambiente. Estabelece o Quadro Físico de Recursos e Utilizações (QFRU) como referência para todas as contas de fluxos físicos (materiais, água e energia).

A organização do QFRU é semelhante à do Quadro de Equilíbrio de Recursos e Utilizações (QERU), em fluxos monetários, utilizado na Contabilidade Nacional. A grande diferença consiste na adição da coluna “Ambiente”. Neste caso, pela lei da conservação da massa e da energia, pela contabilização (i) do ambiente enquanto “agente energético”, (ii) dos resíduos energéticos e (iii) da variação líquida de stocks acumulados na economia, verifica-se a igualdade entre recursos e utilizações, de todos os fluxos físicos individuais no sistema.

O conceito de QFRU estabelece um sistema contabilístico que permite o registo completo e consistente dos fluxos físicos: do ambiente para a economia, no âmbito da economia e da economia para o ambiente.

O QFRU apresenta, em linha, os fluxos físicos de energia, agrupados e classificados de modo sugerido pelo SCEA, em grupos de fluxos físicos de três tipos genéricos:

- Recursos energéticos naturais - são fluxos físicos do ambiente para a economia. Constituem todas as entradas físicas deslocadas do meio ambiente (como os recursos minerais energéticos) ou que são diretamente incorporadas nos processos de produção económica (como o sol ou o vento);
- Produtos energéticos - são bens e serviços que resultam de uma atividade económica (produzidos a nível nacional ou importados). O âmbito dos produtos incluídos nas contas de fluxos físicos é normalmente limitado aos produtos com valor monetário. Subdividem-se em produtos energéticos primários (os que são produzidos diretamente a partir da extração ou captura de recursos energéticos do ambiente) e produtos energéticos secundários (resultantes da transformação de produtos energéticos, primários ou secundários, em novos produtos energéticos). Os produtos energéticos podem ser utilizados para fins não energéticos (ex.: produtos petrolíferos utilizados na produção de asfaltos, de lubrificantes ou de plásticos);
- Resíduos energéticos - são fluxos de materiais sólidos, líquidos e gasosos, e de energia, derivados da atividade económica, do consumo final das famílias ou de processos de acumulação, que retornam ao



ambiente ou são recuperados do ambiente. Incluem os resíduos renováveis e não renováveis, a libertação de energia (perdas energéticas) de todo o tipo, (durante a extração, distribuição, armazenagem e transformação, assim como o calor dissipado nas utilizações finais) e a energia incorporada nos produtos de utilização não energética (ex.: plásticos).

Em coluna, o QFRU apresenta cinco categorias de fluxos que indicam as origens (recursos) ou os destinos (utilizações) dos fluxos físicos:

- Produção - subdividida pelas atividades produtivas de acordo com a Classificação das Atividades Económicas (CAE Rev.3) a um nível de agregação A64;
- Atividades de consumo - divididas em três subclasses de consumo final das famílias (transporte, climatização e outras);
- Acumulação - variações de *stocks* físicos de ativos fixos e de existências de produtos e resíduos energéticos na economia;
- Resto do mundo - regista os fluxos de produtos importados (recursos) e exportados (utilizações);
- Ambiente - fluxos do ambiente e resíduos energéticos recuperados do ambiente, assim como os fluxos de resíduos para o ambiente.

O princípio de residência é uma importante convenção de contabilidade nas CN que necessita, igualmente, de ser retido nas Contas do Ambiente. É importante notar que a CFFE, tal como as CN, segue o princípio de residência, enquanto as estatísticas da energia e a informação de base subjacente seguem o princípio do território. Para compilar a CFFE são necessários ajustamentos que tenham em conta as diferenças entre os princípios de território e de residência, com particular atenção ao abastecimento de fluxos energéticos por residentes fora do território nacional, e por não residentes em território nacional, designadamente para utilização em transportes e nas atividades turísticas.

Os aspetos e explicitações de natureza metodológica indispensáveis à operacionalização e compreensão da compilação da CFFE estão disponíveis nas “*Notas Metodológicas - Conta de Fluxos Físicos de Energia*” no [Portal do INE](#).



REVISÕES

A série disponibilizada incorpora a revisão dos questionários de energia do Eurostat/AIE, fornecidos àquelas entidades pela DGEG, bem como informação relativa à nova base das CN Portuguesas (Base 2016).

Nesta edição foi aperfeiçoada a integração do modelo da OCDE ([OECD.Stat - Air Transport CO2 Emissions](#)) como fonte de informação para o ajustamento do princípio de residência no transporte aéreo. Esta opção foi tomada por se considerar uma solução técnica metodologicamente sólida, por permitir obter dados desagregados por tipo de voo comparáveis para todos os estados-membros da UE e por seguir orientações do Eurostat.

Adicionalmente, foi revista a distribuição da utilização de fluxos energéticos pelas famílias, com a incorporação dos dados do Inquérito ao Consumo de Energia no Setor Doméstico (INE/DGEG).

Deste modo, com a divulgação dos dados referentes a 2020 das CFFE, o INE procede a uma revisão dos dados relativos aos anos anteriores que afetam sobretudo o consumo de produtos energéticos pelas famílias. Os impactos dessas revisões nos indicadores-chave mais relevantes das CFFE estão sintetizados no quadro seguinte:

Quadro 5 – Revisões dos indicadores-chave

	2010-2019	2018	2019
Extração de recursos energéticos naturais	0,0%	0,0%	0,0%
Produção interna de produtos energéticos	0,1%	1,0%	0,0%
Consumo intermédio de produtos energéticos	-1,2%	-0,9%	-1,5%
Consumo de produtos energéticos pelas famílias	2,7%	4,9%	5,0%
Utilização de resíduos para fins energéticos	-0,3%	-0,5%	-0,6%
Utilização interna líquida de energia	-1,3%	-1,6%	-1,3%
Total de entradas / saídas de energia	-0,6%	-0,2%	-0,7%



SIGLAS E DESIGNAÇÕES

AIE – Agência Internacional de Energia

CAE Rev. 3 - Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3

CFFE - Conta de Fluxos Físicos de Energia

CN - Contas Nacionais

DGEG - Direção-Geral de Energia e Geologia

EM – Estado Membro

GJ - Gigajoule

GPL – Gás de Petróleo Liquefeito

INE – Instituto Nacional Estatística, I.P.

MJ - Megajoule

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PIB - Produto Interno Bruto

ppc - paridades de poder de compra

p.p. – pontos percentuais

QERU - Quadro de Equilíbrio de Recursos e Utilizações

QFRU - Quadro Físico de Recursos e Utilizações

SCEA - Sistema de Contas Económicas Europeias do Ambiente

TJ - Terajoule

UE – União Europeia

Data do próximo destaque anual - 20 de novembro de 2023
